



TERMO DE AUTUAÇÃO

PROTOCOLO DO PROCESSO

017580/2025

Este processo pode ser consultado por meio digital através da URL:
<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2>

Chave de acesso: b26f588e-41bd-45d7-83ed-798c81ee8149

AUTUADO EM	Terça-feira, 20 de Maio de 2025
LOCAL DA AUTUAÇÃO	LICITAÇÕES E PLANEJAMENTO - COMISSAO DE PREGAO II
AUTUADO POR	LOUISA SPITZ
INTERESSADO (S)	
CEPALAB LABORATORIOS S.A	

RESUMO
<i>RECURSO PE 90.033/2025 - PA 34.876/2024 - CEPALAB LABORATÓRIOS S.A - CNPJ nº 02.248.312/0001-44</i>
DATA:20/05/2025

**IL. SR. REPRESENTANTE DO SETOR DE LICITAÇÕES**

Prefeitura de Nova Friburgo
Secretaria de Saúde

Referência: Pregão Eletrônico 90.033/2025

CEPALAB LABORATÓRIOS S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.248.312/0001-44, com sede na Rua Governador Valadares, nº 104, Bairro Chácara Reunidas São Vicente, em São José da Lapa/MG, CEP 33.350-000, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG sob o NIRE nº 3120530968-8, neste ato representada por ALESSANDRA XIMENES DE MELLO REZENDE, brasileira, viúva, empresária, portadora da carteira de identidade nº MG-8.369.215 – PC/MG, CPF nº 872.589.866-34, endereço eletrônico licitacao@cepalab.com.br, vem, respeitosamente a presença de V. Sa., apresentar:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face da decisão da Comissão de Licitação, representada neste ato pelo Sr. Pregoeiro, ao desclassificar indevidamente esta proponente em razão do não cumprimento técnico do instrumento convocatório.

1. DA TEMPESTIVIDADE

Conforme artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/2021, dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabe recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata em face de ato de habilitação ou inabilitação de licitante.

Consta no sistema o registro do prazo para recurso até o dia 19/05/2025 sendo, portanto, tempestivo.

Contato

+55 31 3486-1771

E-mail

contato@cepalab.com.br

Endereço

Rua Governador Valadares, 104, Chácara Reunidas São Vicente, São José da Lapa - Minas Gerais, Brasil



2. DOS FATOS

Trata-se de licitação na modalidade “Pregão Eletrônico para Registro de Preços para futura e eventual aquisição, sob demanda, de Tiras de Glicemias, Lancetas e Seringas, para atender a necessidade do Hospital Municipal Raul Sertã e Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro e Subsecretaria de Atenção Básica, pelo período de 01 (um) ano”.

Após a sessão de lances, na qual a **CEPALAB LABORATÓRIOS S.A.** apresentou oferta no valor de **R\$ 0,24 (vinte e quatro centavos) a unidade da tira**, a empresa encaminhou sua documentação para análise de conformidade pelo setor técnico demandante, com o objetivo de verificar a equivalência entre o descritivo do edital e o produto ofertado.

No entanto, tal análise resultou na desclassificação da CEPALAB por motivos inconsistentes, como será demonstrado no decorrer deste recurso.

A CEPALAB foi desclassificada sob as seguintes alegações:

O hematócrito (Ht ou HCT) é o porcentagem de glóbulos vermelhos em relação ao total de sangue. Trata-se de um parâmetro essencial para a avaliação clínica, sendo influenciado por sexo, idade, condições fisiológicas (como a gravidez e práticas de exercícios) ambientais, climáticas e altitude.

As alterações de hematócrito são indicativas de condições como anemia (quando diminuído) ou policitemia (quando elevado). Estudos demonstram que há variações de até 15% em estados de saúde considerados normais, sendo mais significativas em populações específicas como idosos ou longos anos crônicos.

*Por isso, é imprescindível que o equipamento utilizado na rede pública para medição de HGT (glicemia capilar) tenha capacidade de uso em uma ampla faixa de hematócrito. A Subsecretaria adotou como referência clínica de 20% a 70%, justamente para abranger os diferentes perfis populacionais atendidos, com cortes de inclusão e exclusão. **O glicosímetro ofertado pela empresa, no entanto, apresenta limitação técnica relevante, uma vez que opera apenas na faixa de hematócrito de 10% a 65%, o que compromete a confiabilidade dos resultados em pacientes fora dessa margem, conforme imagem a seguir:***

Especificações

- Faixa de medição: 10 ~ 600mg/dL (0.5 ~ 33.3 mmol/L)
- Temperatura de operação: 10 ~ 40°C
- Umidade: 10 ~ 90%

Contato

+55 31 3486-1771

E-mail

contato@cepalab.com.br

Endereço

Rua Governador Valadares, 104, Chácaras
Reunidas São Vicente, São José da Lapa - Minas
Gerais, Brasil



- Faixa de hematócrito: 10 ~ 65%

Diante disso, conclui-se pela não conformidade técnica do equipamento com as exigências editalícias, sendo incompatível com as necessidades e diretrizes assistenciais desta Administração.

No entanto, ao analisar os fundamentos apresentados, conclui-se que a decisão desconsidera elementos técnicos e legais relevantes, revelando-se arbitrária e contrária aos princípios que regem os processos licitatórios.

3. DA IMPROCEDÊNCIA DA DESCLASSIFICAÇÃO

3.1. Dos Princípios Fundamentais do Processo Licitatório

A Constituição Federal, em seu artigo 37, inciso XXI, expressamente dispõe “*que ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações*”.

Sobre o tema, leciona Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

O princípio da igualdade constitui um dos alicerces da licitação, na medida em que está visa, não apenas permitir à Administração a escolha da melhor proposta, como também assegurar igualdade de direitos a todos os interessados em contratar. Esse princípio que hoje está expresso no artigo 37, XXI, da Constituição, veda o estabelecimento de condições que implique preferência em favor de determinados licitantes em detrimento dos demais. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 23ª edição – São Paulo: Atlas, 2010.

A Lei Federal nº 14.133/21 que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, em seu artigo 5º, dispõe que “na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de

Contato

+55 31 3486-1771

E-mail

contato@cepalab.com.br

Endereço

Rua Governador Valadares, 104, Chácaras
Reunidas São Vicente, São José da Lapa - Minas
Gerais, Brasil



funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)”, sendo vedado cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o procedimento licitatório.

Pelo que se extrai da lei, o objetivo principal do processo licitatório é a participação e apresentação de propostas pelo maior número de interessados possíveis, para que alcance o menor preço. Sendo inafastável a observância conjunta dos princípios que regem o processo licitatório, garantindo o cumprimento de seu objetivo: assegurar o registro do menor preço por item.

3.2. Da Compatibilidade com o Descritivo

É fundamental que a análise técnica de habilitação considere de forma objetiva e imparcial a aderência do produto às especificações constantes no edital. Qualquer decisão de desclassificação deve estar rigorosamente embasada na ausência de conformidade com os parâmetros exigidos, o que não se aplica ao sistema de monitoramento de glicemia MEDISIGN GH83, cujas especificações técnicas não apenas cumprem integralmente, como em diversos pontos superam os requisitos estabelecidos, caracterizando a qualidade superior do produto ofertado por essa proponente.

A descrição do item 4 do Termo de Referência, descreve:

Tiras para determinação quantitativa de glicemia em sangue venoso e arterial, podendo ser utilizadas tanto em pacientes adultos quanto em neonatos desde a primeira hora de vida. As tiras devem ser aplicáveis à punção capilar; compatíveis com sensores do tipo amperométrico ou fotométrico, e utilizar a enzima glicose desidrogenase como princípio ativo. O volume de amostra requerido deve ser igual ou inferior a 4 (quatro) microlitros, com tempo de leitura máximo de 30 (trinta) segundos, para uso em monitor de glicemia compatível. É necessário que o resultado obtido não sofra interferência do oxigênio hospitalar (pO₂). A faixa de hematócrito aceita deve estar entre 20% e 70%, com intervalo de medição compreendido entre 10 e 600 mg/dL. As tiras devem possibilitar a realização de controle de qualidade em, no mínimo, dois níveis distintos e ser

Contato

+55 31 3486-1771

E-mail

contato@cepalab.com.br

Endereço

Rua Governador Valadares, 104, Chácara
Reunidas São Vicente, São José da Lapa - Minas
Gerais, Brasil



apresentadas em embalagens contendo 50 (cinquenta) unidades. Além disso, devem possuir Certificado de Boas Práticas de Fabricação emitido pela ANVISA e estar em conformidade com os requisitos da norma ISO 15197:2013.

O produto ofertado, MEDISIGN GH83, atende plenamente a todos esses requisitos, conforme demonstrado nos documentos técnicos que acompanham sua proposta:

- Opera com método amperométrico e enzima FAD-GDH (glicose desidrogenase);
- Volume de sangue requerido: 0,5 µL (muito abaixo dos 4 µL exigidos);
- Tempo de leitura: 6 segundos;
- Medição de sangue capilar, venoso e arterial, inclusive em neonatos desde a primeira hora de vida;
- Intervalo de medição: 10 a 600 mg/dL;
- Controle de qualidade previsto em 3 níveis distintos, conforme soluções registradas na ANVISA;
- Produto com registro ANVISA nº 80102512254 e detentor de Certificação de Boas Práticas de Fabricação;
- Desempenho validado conforme critérios da ISO 15197:2013, incluindo testes de precisão e correlação com o analisador bioquímico de referência YSI.

Portanto, resta inegável que o MEDISIGN GH83 cumpre integralmente todos os parâmetros técnicos estabelecidos em edital, demonstrando-se apto e seguro para uso na rede pública, inclusive em situações clínicas de maior complexidade. A manutenção da desclassificação, diante dessa compatibilidade comprovada, representaria um ato de exclusão infundado, destoando do interesse público e da legalidade que devem reger os processos licitatórios.

A desclassificação se fundamenta exclusivamente na faixa de hematócrito do equipamento, que é de 10% a 65%. Contudo, sob análise técnica rigorosa:

- A faixa exigida (20% a 70%) corresponde a um intervalo de 50 pontos percentuais.
- A faixa ofertada (10% a 65%) abrange 55 pontos percentuais e ampara com maior segurança grupos clinicamente vulneráveis, como neonatos com hematócrito < 20%, cuja

Contato

+55 31 3486-1771

E-mail

contato@cepalab.com.br

Endereço

Rua Governador Valadares, 104, Chácaras
Reunidas São Vicente, São José da Lapa - Minas
Gerais, Brasil



exclusão seria tecnicamente inaceitável se adotado o critério do edital de forma literal e inflexível.

Para melhor elucidação, o edital define uma faixa de 20% a 70%, o que representa um intervalo de 50 pontos percentuais ($70 - 20 = 50$). **Já o produto MEDISIGN GH83 opera entre 10% e 65%, o que corresponde a 55 pontos percentuais ($65 - 10 = 55$). Ou seja, o equipamento ofertado cobre um intervalo mais amplo, sendo capaz de realizar medições em pacientes com hematócrito mais baixo — como recém-nascidos ou indivíduos com anemia severa — que não seriam atendidos por dispositivos limitados ao limiar mínimo de 20%. Embora o teto da faixa do edital seja levemente superior (70%), isso não garante maior abrangência, mas apenas desloca a faixa para um grupo mais específico. A análise correta deve considerar a amplitude total da faixa operacional, que é mais inclusiva no caso do equipamento ofertado.**

Portanto, a alegação de que a faixa de 10–65% são tecnicamente inferior não se sustenta, sendo, na verdade, mais inclusiva e mais segura para um universo ampliado de pacientes — especialmente os pediátricos e em situações críticas.

A desclassificação com base no fato de oferecermos uma faixa mais ampla de operação é tecnicamente equivocada e logicamente infundada. Ao comparar os intervalos, observa-se que o edital exige uma faixa de 20% a 70%, que totaliza 50 pontos percentuais, enquanto o produto ofertado cobre 55 pontos percentuais, sendo, portanto, mais abrangente. Trata-se, assim, de uma interpretação restritiva que contraria o objetivo assistencial de incluir o maior número possível de pacientes dentro dos parâmetros de segurança e eficácia exigidos.

Ressalta-se que, o MEDISIGN GH83, por ser um dispositivo eletroquímico fechado, com leitura automática sem exposição à amostra, garante maior biossegurança ocupacional. Isso se alinha com a NR-32, que trata da prevenção de riscos biológicos em ambientes de saúde. Já sistemas fotométricos, ao exigirem contato visual ou físico direto com a amostra de sangue, aumentam o risco de contaminação cruzada, especialmente em ambientes de uso coletivo.

Contato

+55 31 3486-1771

E-mail

contato@cepalab.com.br

Endereço

Rua Governador Valadares, 104, Chácaras
Reunidas São Vicente, São José da Lapa - Minas
Gerais, Brasil



Dessa forma, é imprescindível que a comissão reveja o critério adotado, uma vez que a faixa de hematócrito do produto ofertado, além de tecnicamente compatível, amplia o escopo de atendimento da rede pública, garantindo maior cobertura diagnóstica com segurança e precisão. A exclusão de um equipamento que claramente atende — e em alguns aspectos até supera — os requisitos editalícios, representa não apenas uma perda técnica para a administração pública, mas também um retrocesso na oferta de cuidado mais inclusivo e eficaz à população, indo de encontro ao princípio do melhor interesse público.

4. DO PEDIDO

Diante do exposto, e com fundamento nas razões apresentadas, requer-se o recebimento do presente recurso com **efeito suspensivo**, bem como seu julgamento pela **total procedência**, com vistas à revisão do parecer técnico, à reforma da decisão de desclassificação e à consequente classificação da empresa **CEPALAB LABORATÓRIOS S.A.**, conforme os argumentos devidamente expostos.

Nestes termos, pede deferimento.

São José da Lapa, 15 de maio de 2025.

CEPALAB LABORATÓRIOS S.A.
Alessandra Ximenes de Mello Rezende

Contato

+55 31 3486-1771

E-mail

contato@cepalab.com.br

Endereço

Rua Governador Valadares, 104, Chácaras
Reunidas São Vicente, São José da Lapa - Minas
Gerais, Brasil



Comissão Permanente de Pregão II

**DESPACHO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 90.033/2025**

Processo Licitatório nº: 34.876/2024

Processo Recurso nº: 17.580/2025

Referência: Pregão Eletrônico nº 90.033/2025

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO, sob demanda, de Tiras de Glicemias, Lancetas e Seringas, para atender a necessidade do Hospital Municipal Raul Sertão e Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro e Subsecretaria de Atenção Básica, pelo período de 01 (um) ano.

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa **CEPALAB LABORATÓRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.248.312/0001-44, em face da decisão da presente Comissão Permanente de Licitação.

O presente Recurso fora interposto através do Sistema Compras, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

Cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 17.580/2025.

I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recurso no dia 14/05/2025, tendo a empresa recorrente apresentado os questionamentos anexados aos autos às fls. 02 a 08.



Comissão Permanente de Pregão II

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se tempestivamente – dentro do prazo legal de 3 (três) dias úteis – e com os documentos necessários, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

Em síntese, narra a recorrente que apresentara oferta ao item 4 do Processo Licitatório no valor de R\$0,24 (vinte e quatro centavos), tendo sua documentação sido reprovada após análise de sua conformidade por parte do setor técnico demandante, o que culminara em sua desclassificação no certame.

Alega que tal desclassificação ocorrera por motivos inconsistentes, que a decisão fora arbitrária e contrária aos princípios que regem os processos licitatórios, e que a mesma desconsiderou elementos técnicos e legais relevantes.

III. DO PEDIDO

Requer a recorrente que o Recurso seja recebido com efeito suspensivo e julgado com total procedência, de forma que o parecer técnico seja revisado, a decisão de desclassificação seja reformada e a empresa recorrente seja consequentemente classificada no certame.

V. DA ANÁLISE DA PREGOEIRA

Considerando se tratar de questões técnicas e a fim de subsidiar a decisão desta Pregoeira em relação à análise dos aspectos recorridos, faz-se necessário o encaminhamento do presente processo à Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do subitem 26.11 do Edital



Comissão Permanente de Pregão II

do Pregão Eletrônico nº 90.033/2025, e conforme o parágrafo único do artigo 168 da Lei 14.133/2021.

Diante do exposto, com fulcro no art. 165 da Lei nº 14.133 de 2021, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pela empresa **CEPALAB LABORATÓRIOS S.A.**

Contudo, para embasamento da decisão final, submeto as razões recursais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, e aos pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

Nova Friburgo, 20 de maio de 2025.

Karla Braga Machado

Pregoeira – Comissão Permanente de Pregão II

Matricula: 990.996



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A
D E S A Ú D E

Gestão de Processos, Contratos e Convênios – SMS.

Processo nº 17580/2025

OBJETO: AQUISIÇÃO, SOB DEMANDA, DE TIRAS DE GLICEMIAS, LANCETAS E SERINGAS.

DESPACHO

O presente administrativo versa sobre recurso interposto pela empresa **CEPALAB LABORATÓRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.248.312/0001-44, em face da decisão da Comissão Permanente de Licitação referente a aquisição, sob demanda, de Tiras de Glicemias, Lancetas e Seringas, para atender a necessidade do Hospital Municipal Raul Sertã e Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro e Subsecretaria de Atenção Básica, pelo período de 01 (um) ano.

Considerando o recurso interposto e a natureza técnica da análise, remetemos os presentes autos a Subsecretaria de Atenção Básica para ciência e manifestação quanto ao exarado a fim de balizar a decisão da Pregoeira.

Nova Friburgo/RJ, 20 de Maio de 2025.

Eduardo da Costa Mendonça de Melo
Gestão de Processos e Contratos - SMS
Matrícula 063.345





AO ILMO. SENHOR(A) PREGOEIRO(A)
COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.033/2025
CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.889.013/0001-14, com sede à Rua Alzira Fernandes de Souza, nº 76, Bairro Sion Mansões, Conselheiro Lafaiete/MG, por intermédio de seu representante legal infra-assinado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa **CEPALAB LABORATÓRIOS S.A.**, com fundamento no artigo 165, §4º da Lei nº 14.133/2021, nos termos que seguem:

I- CONTEXTUALIZAÇÃO

O Município de Nova Friburgo, por intermédio de sua Secretaria Municipal de Saúde, deu início ao Processo Licitatório- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.033/2025, tendo como objeto:

o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO, sob demanda, de Tiras de Glicemias, Lancetas e Seringas, para atender a necessidade do Hospital Municipal Raul Sertã e Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro e Subsecretaria de Atenção Básica, pelo período de 01 (um) ano, conforme condições, quantidades e especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I deste edital.

A empresa CEPALAB LABORATÓRIOS S.A. apresentou proposta para o fornecimento das tiras reagentes, sendo posteriormente desclassificada com base em parecer técnico emitido pela área demandante, que constatou a incompatibilidade do



produto ofertado com as exigências do Termo de Referência, notadamente quanto à faixa de hematócrito exigida.

Inconformada, a CEPALAB LABORATÓRIOS S.A. interpôs recurso administrativo, buscando a reforma da decisão sob o argumento de que a faixa de hematócrito do equipamento ofertado (10% a 65%) seria mais abrangente que a faixa exigida pelo edital (20% a 70%). Todavia, como será demonstrado a seguir, o recurso deve ser integralmente improvido, por carecer de fundamento técnico e jurídico.

II- DAS RAZÕES PARA DESPROVIMENTO DO RECURSO

A recorrente interpôs recurso visando a reforma da decisão de desclassificação do certame, haja vista a inadequação do produto ofertado com o descritivo do edital. Argumenta a recorrente, numa vil tentativa de induzir este órgão a erro que o equipamento ofertado, no que se refere à faixa de hematócritos, (10% a 65%) seria tecnicamente mais abrangente do que a exigida no edital (20% a 70%).

Defende que a amplitude da faixa de 55 pontos percentuais (10 a 65%) seria superior à de 50 pontos percentuais (20 a 70%) e, por isso, o produto seria até mais inclusivo, especialmente em relação a pacientes neonatais e anêmicos.

Entretanto, tal raciocínio não se sustenta do ponto de vista técnico, jurídico ou lógico.

O edital do Pregão Eletrônico nº 90.033/2025 estabeleceu, de forma clara e objetiva, como requisito técnico obrigatório, que o equipamento ofertado para medição de glicemia capilar deve operar dentro da faixa de hematócrito compreendida entre 20% e 70%. Não se trata de mera referência à "amplitude" ou "extensão" da faixa, mas de um parâmetro técnico específico, deliberadamente fixado com base em critérios clínicos e epidemiológicos, condizentes com o perfil da população atendida pela rede pública de saúde do Município de Nova Friburgo.



A exigência descrita no Termo de Referência é plenamente justificada, uma vez que o monitor de glicemia será utilizado também em ambiente hospitalar, inclusive no atendimento a pacientes neonatais, cuja faixa de hematócrito pode alcançar até 70%. Portanto, a manutenção dessa especificação é essencial para garantir a segurança, confiabilidade e precisão diagnóstica, especialmente em contextos clínicos mais sensíveis e complexos, como os que envolvem gestantes, pacientes com policitemia e recém-nascidos.

Admitir o raciocínio proposto pela Recorrente — de que a abrangência percentual da faixa seria mais relevante que a sua adequação à realidade clínica — equivaleria a subverter totalmente os parâmetros técnicos fixados no edital, com grave comprometimento da isonomia entre os licitantes e do próprio interesse público. A título ilustrativo, com base na mesma lógica falaciosa, poderia-se pretender a aceitação de um equipamento que opere entre 5% e 60% de hematócrito, sob a justificativa de que cobre “55 pontos percentuais”. Ainda que numericamente maior, essa faixa não atende aos extremos definidos pela Administração como necessários para o atendimento da população local, revelando-se absolutamente inadequada.

A faixa determinada no edital — 20% a 70% — não é aleatória. Trata-se de parâmetro técnico construído com base em avaliação técnica das equipes de saúde, conforme expressamente previsto nos autos do processo administrativo e reiterado no Estudo Técnico Preliminar:

"Ressalta-se que as especificações técnicas, bem como os quantitativos dos objetos solicitados, foram indicados pelas equipes técnicas das unidades de saúde, as quais se responsabilizam por todas as informações lançadas nos documentos requisitórios."

Assim, qualquer inconformismo quanto aos critérios estabelecidos no instrumento convocatório deveria ter sido manifestado por meio de impugnação ao edital, na forma prevista no art. 165, §1º, da Lei nº 14.133/2021, e não após a conclusão da



fase de habilitação técnica, quando já se encontra superado o momento processual adequado para tanto.

Outrossim, a argumentação da Recorrente de que o equipamento MEDISIGN GH83 seria mais abrangente e adequado por operar com faixa de hematócrito de 10% a 65%, ao passo que o edital exige a faixa de 20% a 70%, além de desconsiderar os limites objetivos do certame, parte de uma **premissa técnica equivocada e cientificamente infundada**, uma vez que o hematócrito de neonatos, especialmente os a termo, não é baixo, mas sim fisiologicamente elevado.

Diversos estudos e consensos médicos indicam que, nas primeiras horas e dias de vida, os valores de hematócrito em recém-nascidos a termo situam-se entre 45% a 65%, podendo alcançar até 70% em algumas situações, como em partos traumáticos ou condições de hipoxia intrauterina.

Esse dado é amplamente respaldado pela literatura médica, como demonstrado nas seguintes referências:

- Nathan and Oski's Hematology of Infancy and Childhood (7^a ed.), que estabelece como faixa normal de hematócrito neonatal valores entre 45% e 65%.
- Manual of Neonatal Care (Cloherty & Stark, 8^a ed.), que confirma o hematócrito neonatal como tipicamente elevado.
- World Health Organization (WHO), que reconhece a necessidade de atenção à policitemia neonatal, definida por hematócrito > 65%, refletindo a frequência de valores altos nessa população.

Portanto, não procede a justificativa de que o equipamento ofertado se adequaria melhor ao perfil hematológico de neonatos por operar com valores mais baixos. Ao



contrário, o correto é que dispositivos para uso neonatal devem estar preparados para lidar com hematócritos elevados, e não com faixas predominantemente baixas.

A tentativa da Recorrente de reinterpretar os critérios editalícios conforme sua conveniência configura indevida flexibilização unilateral dos requisitos técnicos, o que é vedado pelo ordenamento jurídico e inviabiliza o julgamento objetivo das propostas, princípio expressamente previsto no art. 5º, inciso XXIII, da mesma lei.

Diante de todo o exposto, mostra-se correta e tecnicamente embasada a decisão da Administração ao desclassificar a proposta da Recorrente, não apenas por não atender ao requisito essencial de faixa de hematócrito, mas também por apresentar interpretação distorcida e inadmissível em sede recursal.

III – DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, requer-se:

- O não provimento do recurso administrativo interposto por CEPALAB LABORATÓRIOS S.A.;
- A manutenção da decisão de desclassificação da proposta apresentada pela recorrente, diante do descumprimento das especificações técnicas obrigatórias previstas no edital.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Conselheiro Lafaiete, 22 de maio de 2025.

ALDO CARLOS
HENRIQUES

BAETA:02887923609

Assinado de forma digital por
ALDO CARLOS HENRIQUES
BAETA:02887923609
Dados: 2025.05.22 09:37:59
-03'00'

ALDO CARLOS HENRIQUES BAETA



CONTABILIDADE FARIA
Rua Afonso Pena, nº 41 – sala 07 - Centro
Cons.Lafaiete – MG - Fone: (031) 763.1260



CONTRATO DE SOCIEDADE PÔR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Os abaixo assinados, **NILDA HENRIQUES BAETA**, brasileira, casada, comerciante, nascida em Santana dos Montes - MG, Cep 36.430-000, a 01/04/1948, portadora da Carteira de Identidade nº - M - 4.640.355, expedida pela SSP/MG, CPF nº - 654.468.106-78, residente e domiciliado à Rua Amazonas, 466, bairro São João, em Conselheiro Lafaiete - MG, Cep 36400.000 e **AILTON PEREIRA BARBOSA**, brasileiro, solteiro, comerciante, nascido em Conselheiro Lafaiete - MG, Cep 36400.000 a 02/06/1977, portador da Carteira de Identidade nº MG - 11.774.061, expedida pela SSP/MG, CPF nº - 031913486-54, residente e domiciliado à Rua Amazonas, 466 bairro São João, em Conselheiro Lafaiete - MG, Cep 36400.000 resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, constituírem uma sociedade pôr quotas de responsabilidade limitada que se regerá mediante às seguintes cláusulas e condições:

- 1º.) **DENOMINAÇÃO SOCIAL**
" DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA "
- 2º.) **NOME DE FANTASIA**
" DISTRILAF MEDICAMENTOS "
- 3º.) **SEDE E ENDEREÇO COMERCIAL**
Rua José Apolinário Sobrinho, nº 17, Bairro Santa Matilde, em Conselheiro Lafaiete-MG Cep 36400.000.
- 4º.) **FORMA JURIDICA**
Sociedade pôr Quotas de Responsabilidade Limitada.
- 5º.) **OBJETO SOCIAL**
A sociedade dedicar-se-á ao comércio atacadista de medicamentos, Material Hospitalar e Odontológico e seus correlatos ao ramo.
- 6º.) **SITUAÇÃO**
Independente de autorização federal.
- 7º.) **PRAZO DE DURAÇÃO E INÍCIO DE ATIVIDADES.**
A sociedade inicia as suas atividades comerciais em 01 de Março de 2002, pôr prazo indeterminado
- 8º.) **FILIAIS**
Não as possui, podendo entretanto abri-las onde e quando for de conveniência, observadas as normas que regem o assunto
- 9º.) **CAPITAL**
O Capital social é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), dividido em 20.000 (vinte mil) quotas de R\$ 1,00 (um real), cada



CONTABILIDADE FARIA
Rua Afonso Pena, nº 41 – sala 07 - Centro
Cons.Lafaiete – MG - Fone: (031) 763.1260



uma, assim subscritas integralizadas pelos sócios em moeda corrente nacional neste ato, a saber:

NILDA HENRIQUES BAETA

10.000 (dez mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, perfazendo um total de R\$ 10.000,00(Dez mil reais).

AILTON PEREIRA BARBOSA

10.000 (dez mil) quotas de R\$ 1,00(um real) cada uma, perfazendo um total de R\$10.000,00(dez mil reais).

10°.)

RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS:

É limitada à importância total do capital social

11°.)

GERENCIA:

Administração dos negócios sociais, assim como o direito de uso da denominação social, caberá à Sócia **NILDA HENRIQUES BAETA**, que poderá fazer uso a denominação social isoladamente.

12°.)

RETIRADAS MENSAIS PRÓ - LABORE:

A títulos de Pró - Labore e a débito de despesas gerais a sócia quotista **NILDA HENRIQUES BAETA**, retirará mensalmente a importância de até ao máximo permitido pelo IMPOSTO DE RENDA. O sócio **AILTON PEREIRA BARBOSA** não fará jus a retirada pró-labore por não exercer nenhuma atividade na empresa, figurando apenas como sócio quotista.

13°.)

RESULTADOS:

Os lucros ou prejuízos apurados em Balanço, que se dará em 31 de Dezembro de cada ano, serão distribuídos aos sócios quotistas na proporção de suas quotas ou levados a conta Lucros em Suspense.

14°.)

A DESISTENCIA E O ÓBITO:

Em caso de desistência, óbito ou impedimento de sócio quotista, a sociedade não se dissolverá e os seus haveres serão apurados em Balanço e pagos a quem de direito.

15°.)

TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS:

As quotas serão livremente transferíveis entre os sócios, e intransferíveis a terceiros sem o consentimento por expressão dos sócios, o que se dará em documento especial, para modificação deste instrumento, e admissão de outro sócio.

16°.)

AVAIS E FIANÇAS

É expressamente proibido aos sócios prestar avais e fianças mesmo conjuntamente, em nome da sociedade, reputando-se nulo qualquer ato neste sentido.

17°.)

DECLARAÇÃO:

Os sócios declaram, sob as penas da Lei, que não estão e não incorrem nas proibições previstas no inciso II, do artigo 35 da Lei 8.934 de 18/11/1994



CONTABILIDADE FARIA
Rua Afonso Pena, nº 41 – sala 07 - Centro
Cons.Lafaiete – MG - Fone: (031) 763.1260



18º.)

FORO:

Fica eleito o da Comarca de Conselheiro Lafaiete – MG,
para qualquer ação judicial.

E, pôr estarem assim justos e contratados, assinam o Presente
instrumento, perante duas testemunhas ao final assinados, em 03 (três)
vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumpri-lo fielmente, pôr si e
seus herdeiros ou sucessores.

Conselheiro Lafaiete-MG, 29 de Janeiro de 2002.

Nilda Henriques Baeta
Nilda Henriques Baeta


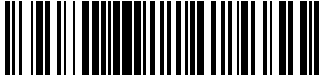
Ailton Pereira Barbosa
Ailton Pereira Barbosa

Testemunhas:

Wellington Silva de Faria
CRC/MG – 35.675

Maria Aparecida de Souza de Faria
C.I. – MG 11.285.582



 <div>Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais</div>			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)		017580/2025	
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) 31206425185		Código da Natureza Jurídica 2062		Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio		
1 - REQUERIMENTO						
ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais						
Nome: <u>DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA</u> (da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)						
requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:				Nº FCN/REMP  MGP2400420145		
Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO		
1	002			ALTERACAO		
		2015	1	ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL		
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)		
		2003	1	ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR		
CONSELHEIRO LAFAIETE Local 24 MAIO 2024 Data			Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio: Nome: _____ Assinatura: _____ Telefone de Contato: _____			
2 - USO DA JUNTA COMERCIAL						
<input type="checkbox"/> DECISÃO SINGULAR			<input type="checkbox"/> DECISÃO COLEGIADA			
Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s): <input type="checkbox"/> SIM _____ _____ _____ _____ <input type="checkbox"/> NÃO ____/____/____ Data Responsável				<input type="checkbox"/> SIM _____ _____ _____ _____ <input type="checkbox"/> NÃO ____/____/____ Data Responsável		
				Processo em Ordem À decisão ____/____/____ Data _____ Responsável		
DECISÃO SINGULAR						
<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)		2ª Exigência		3ª Exigência		
<input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se.		<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>		
<input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.				4ª Exigência		
				<input type="checkbox"/>		
				5ª Exigência		
				<input type="checkbox"/>		
				____/____/____ Data Responsável		
DECISÃO COLEGIADA						
<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)		2ª Exigência		3ª Exigência		
<input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se.		<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>		
<input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.				4ª Exigência		
				<input type="checkbox"/>		
				5ª Exigência		
				<input type="checkbox"/>		
____/____/____ Data		_____ Vogal		_____ Vogal		
				_____ Vogal		
		Presidente da _____ Turma				
OBSERVAÇÕES						





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/307.270-8	MGP2400420145	15/05/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
028.879.236-09	ALDO CARLOS HENRIQUES BAETA



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11731495 em 27/05/2024 da Empresa DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, Nire 31206425185 e protocolo 243072708 - 17/05/2024. Efeitos do registro: 14/05/2024. Autenticação: B4541DC395B38D14F23390E2655742F6A36DB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/307.270-8 e o código de segurança 9774 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
“DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA”

CNPJ: 04.889.013/0001-14 – NIRE 3120642518-5 - I.E.183162319.00-72

End. Rua Alzira Fernandes de Souza - nº 76 – Bairro Sion – Conselheiro Lafaiete- MG

CEP: 36404-315

ALDO CARLOS HENRIQUES BAÊTA, brasileiro, natural de Rio Espera – MG, casado com comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 03/06/1976, portador do CPF nº 028.879.236-09 e da carteira de identidade nº M-9.208.004, expedida pela SSP/MG, residente e domiciliado à Alameda das Rosas, nº 70, Bairro Granja das Hortênsias, na cidade de Conselheiro Lafaiete – MG, CEP: 36402-212;

WELBER CAMILO HENRIQUES BAÊTA, brasileiro, natural de Rio Espera - MG, casado com comunhão universal de bens, empresário, nascido em 14/07/1974, portador do CPF nº 026.407.466-18 e da Carteira de Identidade nº M-7.212.477, expedida pela SSP/MG, residente e domiciliado à Avenida das Castanheiras, nº 325, Bairro Recanto dos Colibris, na cidade de Conselheiro Lafaiete – MG, CEP: 36408-040; únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada, sob a denominação social de **“DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA”**, estabelecida a Rua Alzira Fernandes de Souza, nº 76, Bairro Sion Mansões, na cidade de Conselheiro Lafaiete-MG, CEP: 36404-315, inscrita no CNPJ: 04.889.013/0001-14, conforme contrato social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, sob o nº 3120642518-5 em sessão de 05/02/2002, resolvem, em comum acordo, e na melhor forma de direito alterar pela **DÉCIMA QUARTA** vez seus atos constitutivos, e o fazem mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira: Haverá a inclusão no objeto social da atividade de locação de veículos e atividade de assessoria e consultoria na área de saúde.

Cláusula Segunda: O sócio **WELBER CAMILO HENRIQUES BAÊTA** cede e transfere ao sócio **ALDO CARLOS HENRIQUES BAÊTA** 280.000 cotas, no valor total de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais). O sócio cedente dá plena, rasa e integral quitação de seus haveres sociais em relação às cotas cedidas, para nada mais reclamar, em tempo algum, de lucros, haveres ou outros créditos sociais.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11731495 em 27/05/2024 da Empresa DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, Nire 31206425185 e protocolo 243072708 - 17/05/2024. Efeitos do registro: 14/05/2024. Autenticação: B4541DC395B38D14F23390E2655742F6A36DB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/307.270-8 e o código de segurança 9774 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 3/10

Cláusula Terceira: Qualquer sócio que pretender se retirar da sociedade, deverá comunicar aos demais, por escrito, com antecedência mínima de 60 dias.

No caso de retirada voluntária ou por acordo mútuo, a participação do sócio retirante será avaliada pelo registro contábil histórico, considerando o fluxo de valores constantes dos registros contábeis da empresa (ativo imobilizado, ativo circulante e passivo), excluídos os ativos intangíveis e incorpóreos.

O pagamento dos haveres apurados, será efetuado em 12 parcelas mensais e sucessivas.

A retirada voluntária não exime o sócio das responsabilidades financeiras que tenham como fato gerador aquele ocorrido até a data efetiva de sua retirada.

O disposto nessa cláusula aplica-se em todas as hipóteses de resolução parcial da sociedade, como a retirada, exclusão, o falecimento ou o divórcio de algum sócio.

Cláusula Quarta: Em virtude das alterações havidas, fica o presente contrato social vigorando com as cláusulas e condições seguintes, totalmente consolidadas neste presente instrumento de alteração contratual.

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de consolidação do contrato social, os abaixo-assinados:

ALDO CARLOS HENRIQUES BAÊTA, brasileiro, natural de Rio Espera – MG, casado com comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 03/06/1976, portador do CPF nº 028.879.236-09 e da carteira de identidade nº M-9.208.004, expedida pela SSP/MG, residente e domiciliado à Alameda das Rosas, nº 70, Bairro Granja das Hortênsias, na cidade de Conselheiro Lafaiete – MG, CEP: 36402-212;

WELBER CAMILO HENRIQUES BAÊTA, brasileiro, natural de Rio Espera - MG, casado com comunhão universal de bens, empresário, nascido em 14/07/1974, portador do CPF nº 026.407.466-18 e da Carteira de Identidade nº M-7.212.477, expedida pela SSP/MG, residente e domiciliado à Avenida das Castanheiras, nº 325, Bairro Recanto dos Colibris, na cidade de Conselheiro Lafaiete – MG, CEP: 36408-040, têm entre si justo e contratado uma Sociedade Empresária Limitada, regida pelas cláusulas e condições seguintes e nas omissões, pela legislação específica que disciplina essa forma societária.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11731495 em 27/05/2024 da Empresa DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, Nire 31206425185 e protocolo 243072708 - 17/05/2024. Efeitos do registro: 14/05/2024. Autenticação: B4541DC395B38D14F23390E2655742F6A36DB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/307.270-8 e o código de segurança 9774 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim, Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

PRIMEIRA – DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE– A empresa utiliza o nome empresarial de **DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, e tem sua matriz estabelecida à Rua Alzira Fernandes de Souza, nº 76 – Bairro Sion em Conselheiro Lafaiete -MG, CEP: 36404-315.

Parágrafo Único: A sociedade tem uma filial situada à Rua Alzira Fernandes de Souza, nº 76, Letra A – Bairro Sion Mansões, na cidade de Conselheiro Lafaiete – MG, CEP: 36404-315, inscrita no CNPJ: 04.889.013/0002-03.

SEGUNDA – OBJETO: O objeto social passar a ser a importação, comércio atacadista de medicamentos e correlatos, instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar, laboratórios e saneantes; produtos odontológicos; cosméticos e produtos de perfumaria; produtos de higiene pessoal; máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; o comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar; comércio varejista via e-commerce e tele vendas de artigos médicos e ortopédicos e correlatos, de produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador, cosméticos e produtos de higiene pessoal; o transporte próprio dos produtos comercializados; locação de veículos próprios e assessoria e consultoria na área de saúde.

Parágrafo Único: O objeto social da filial é a comercialização por atacado de medicamentos e correlatos, instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar, laboratórios e saneantes; produtos odontológicos; cosméticos e produtos de perfumaria; produtos de higiene pessoal; máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto - médico-hospitalar.

TERCEIRA – INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO: A sociedade iniciou suas atividades em 01 de março de 2002 e seu prazo de duração é indeterminado.

QUARTA – CAPITAL SOCIAL E RESPONSABILIDADE: O capital social é de R\$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais), dividido em 800.000 (Oitocentas mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (Hum real) cada uma, integralizadas neste ato em moeda corrente do País, assim subscritas:

SÓCIOS	Nº DE QUOTAS	VALOR
Aldo Carlos Henriques Baêta	680.000	R\$ 680.000,00
Welber Camilo Henriques Baêta	120.000	R\$ 120.000,00
TOTAL	800.000	R\$ 800.000,00



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11731495 em 27/05/2024 da Empresa DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, Nire 31206425185 e protocolo 243072708 - 17/05/2024. Efeitos do registro: 14/05/2024. Autenticação: B4541DC395B38D14F23390E2655742F6A36DB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/307.270-8 e o código de segurança 9774 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

QUINTA – DAS QUOTAS: As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

SEXTA- DA ADMINISTRAÇÃO: A administração da sociedade caberá ao sócio **ALDO CARLOS HENRIQUES BAÊTA**, com poderes e atribuições de administrador, podendo assinar pela sociedade, representá-la passiva e ativamente junto a bancos, fornecedores e repartições públicas, podendo também admitir ou demitir funcionários, e praticar todos os atos pertinentes à gestão da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens móveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

SÉTIMA – RESULTADOS ANUAIS: Os lucros ou prejuízos apurados em Balanço Geral a ser levantado em 31 de dezembro de cada ano, serão atribuídos ou distribuídos aos sócios na proporção de seus capitais (Art. 1.065, CC/2002).

Parágrafo Único: Em caso de prejuízo, poderá o mesmo, a juízo dos cotistas, ficarem em conta pendente para ser compensado em lucros futuros.

OITAVA – DAS FILIAIS: A empresa poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante ato de alteração do ato constitutivo.

NONA – RETIRADAS: Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de “ pró-labore” observadas as disposições regulamentares pertinentes.

DÉCIMA – FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO: Ocorrendo o falecimento ou interdição de qualquer dos sócios, a sociedade não se dissolverá, continuando com os remanescentes e um representante dos herdeiros legais do falecido ou interditado.

DÉCIMA PRIMEIRA – SAÍDA DE SÓCIOS: Qualquer sócio que pretender se retirar da sociedade, deverá comunicar aos demais, por escrito, com antecedência mínima de 60 dias. No caso de retirada voluntária ou por acordo mútuo, a participação do sócio retirante será avaliada pelo registro contábil histórico, considerando o fluxo de valores constantes dos registros contábeis



da empresa (ativo imobilizado, ativo circulante e passivo), excluídos os ativos intangíveis e incorpóreos.

O pagamento dos haveres apurados, será efetuado em 12 parcelas mensais e sucessivas.

A retirada voluntária não exime o sócio das responsabilidades financeiras que tenham como fato gerador aquele ocorrido até a data efetiva de sua retirada.

O disposto nessa cláusula aplica-se em todas as hipóteses de resolução parcial da sociedade, como a retirada, exclusão, o falecimento ou o divórcio de algum sócio.

DÉCIMA SEGUNDA - FORO: Fica eleito o foro da comarca de Conselheiro Lafaiete -MG, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS: O administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, feita ou suborno, concussão, peculato, ou contra as relações de consumo, fé pública, ou propriedade.

Conselheiro Lafaiete, 14 de maio de 2024

Aldo Carlos Henriques Baêta
CPF: 028.879.236-09

Welber Camilo Henriques Baêta
CPF: 026.407.466-18

Renata Loures Moreira
OAB/MG: 106.885
CPF: 064.695.776-79



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11731495 em 27/05/2024 da Empresa DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, Nire 31206425185 e protocolo 243072708 - 17/05/2024. Efeitos do registro: 14/05/2024. Autenticação: B4541DC395B38D14F23390E2655742F6A36DB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/307.270-8 e o código de segurança 9774 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/307.270-8	MGP2400420145	15/05/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
028.879.236-09	ALDO CARLOS HENRIQUES BAETA
064.695.776-79	RENATA LOURES MOREIRA
026.407.466-18	WELBER CAMILO HENRIQUES BAETA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11731495 em 27/05/2024 da Empresa DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, Nire 31206425185 e protocolo 243072708 - 17/05/2024. Efeitos do registro: 14/05/2024. Autenticação: B4541DC395B38D14F23390E2655742F6A36DB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/307.270-8 e o código de segurança 9774 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, de NIRE 3120642518-5 e protocolado sob o número 24/307.270-8 em 17/05/2024, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 11731495, em 27/05/2024. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Wilson Luiz de Freitas Dias.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
028.879.236-09	ALDO CARLOS HENRIQUES BAETA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
028.879.236-09	ALDO CARLOS HENRIQUES BAETA
026.407.466-18	WELBER CAMILO HENRIQUES BAETA
064.695.776-79	RENATA LOURES MOREIRA

Belo Horizonte. segunda-feira, 27 de maio de 2024



Documento assinado eletronicamente por Wilson Luiz de Freitas Dias, Servidor(a) Público(a), em 27/05/2024, às 12:15 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://www.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 24/307.270-8.

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11731495 em 27/05/2024 da Empresa DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, Nire 31206425185 e protocolo 243072708 - 17/05/2024. Efeitos do registro: 14/05/2024. Autenticação: B4541DC395B38D14F23390E2655742F6A36DB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/307.270-8 e o código de segurança 9774 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 9/10



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM



Belo Horizonte. segunda-feira, 27 de maio de 2024



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11731495 em 27/05/2024 da Empresa DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, Nire 31206425185 e protocolo 243072708 - 17/05/2024. Efeitos do registro: 14/05/2024. Autenticação: B4541DC395B38D14F23390E2655742F6A36DB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/307.270-8 e o código de segurança 9774 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA	
CNPJ 04.889.013/0001-14	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo 05/02/2002
Data de Início de Atividade 01/03/2002	
Endereço Completo: RUA ALZIRA FERNANDES DE SOUZA 76 - BAIRRO SION CEP 36404-315 - CONSELHEIRO LAFAIETE/MG	
Objeto Social: O OBJETO SOCIAL E A IMPORTACAO, COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS, INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MEDICO, CIRURGICO, HOSPITALAR, LABORATORIOS E SANEANTES, PRODUTOS ODONTOLOGICOS, COSMETICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA, PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL, MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO-MEDICO-HOSPITALAR, O COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVACAO DOMICILIAR, COMERCIO VAREJISTA VIA E-COMMERCE E TELEVENDAS DE ARTIGOS MEDICOS E ORTOPEDICOS E CORRELATOS, DE PRODUTOS FARMACEUTICOS, DE PERFUMARIA, DE TOUCADOR, COSMETICOS E PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL, O TRANSPORTE PROPRIO DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS, LOCAÇÃO DE VEICULOS PROPRIOS E ASSESSORIA E CONSULTORIA NA AREA DE SAUDE.	
Capital Social: R\$ 800.000,00 OITOCENTOS MIL REAIS	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123, de 2006)
Capital Integralizado: R\$ 800.000,00 OITOCENTOS MIL REAIS	NÃO
Prazo de Duração INDETERMINADO	
Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato	
CPF/CNPJ	Nome
Participação no Capital	Espécie de Sócio/ Administrador
Término do Mandato	
028.879.236-09	ALDO CARLOS HENRIQUES BAETA
R\$ 680.000,00	SÓCIO / ADMINISTRADOR
xxxxxxx	xxxxxxx
026.407.466-18	WELBER CAMILO HENRIQUES BAETA
R\$ 120.000,00	SOCIO
xxxxxxx	xxxxxxx
Administrador Nomeado/Término do Mandato	
CPF/CNPJ	Nome
Término do Mandato	
xxxxxxx	xxxxxxx
Situação: ATIVA	
Status: XXXXXXXX	
Último Arquivamento: 07/03/2025	
Número: 12557295	
Ato 223 - BALANCO	
Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela:	
CNPJ	Endereço
04.889.013/0002-03	RUA ALZIRA FERNANDES DE SOUZA, 76, LETRA A, BAIRRO SION, 36404-315, CONSELHEIRO LAFAIETE/MG
NADA MAIS#	

Belo Horizonte, 19 de Maio de 2025 09:40

MARINELY DE PAULA BOMPIM
SECRETÁRIA GERAL



Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (<http://www.jucemg.mg.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C250001383675 e visualize a certidão)

25/323.498-1

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRANSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCION

2º 1 NOME E SOBRENOME
ALDO CARLOS HENRIQUES BAETA

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
03/08/1976 RIO ESPERA/MG

4a DATA EMISSÃO
29/10/2024

4b VALIDADE
29/10/2034

ACC **D**

4c DOC IDENTIDADE / ORG EMISSOR / UF
M9208004 SSP MG

4d CPF
028.879.235-09

5 Nº REGISTRO
00469455958

3 CAT. HAB
AC

NACIONALIDADE
BRASILEIRO(A)

FILIAÇÃO
VICENTE DE PAULA BAETA
NILDA HENRIQUES BAETA

7 ASSINATURA DO PORTADOR

VALIDADE EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2900624147

ACC	10	11	12	D	10	11	12
A		29/10/2034		D1			
A1				BE			
B		29/10/2034		CE			
B1				C1E			
C		29/10/2034		DE			
C1				D1E			

12 OBSERVAÇÕES

LOCAL
CONSELHEIRO LAFAIETE, MG

ASSINATURA DO EMISSOR
LUCAS VIEIRA BOAS PACHECO
48484083085
MG672959631

MINAS GERAIS

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

1º OFÍCIO DE NOTAS DE CONSELHEIRO LAFAIETE -MG
Autentico este documento, composto de 1 folha(s), por mim rubricada(s), numerada(s) e carimbada(s), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.
Conselheiro Lafaite, 29/01/2025 15:31:02 10578

SELO DE CONSULTA: INZ64710
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 5129.0043.5380.3215
Quantidade de atos praticados: 1

Ato(s) praticado(s) por *Alina Vieira*
ALINE VIEIRA E FERREIRA - Escrevente Autorizada
E-mail: R\$8,17 TFE: R\$2,54 Total: R\$10,71 ISS: R\$0,39
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

Nº DA ETIQUETA
ADJ273348

1º OFÍCIO DE NOTAS
CONS. LAFAIETE-MG
EM BRANCO

1º OFÍCIO DE NOTAS
CONS. LAFAIETE-MG
EM BRANCO

1º OFÍCIO DE NOTAS
CONS. LAFAIETE-MG
EM BRANCO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2º 1º NOME E SOBRENOME
WELBER CAMILO HENRIQUES BAETA

1ª HABILITAÇÃO
09/06/1994

3 DATA LOCAL E UF DE NASCIMENTO
14/07/1974 RIO ESPERA/MG

4ª DATA EMISSÃO
13/04/2023

4ª VALIDADE
11/04/2033

ACC **D**

4ª DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
M7212477 SSP MG

4ª CPF
026.407.466-18

5ª Nº REGISTRO
02952755299

3 CAT. HAB
C

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
VICENTE DE PAULA BAETA
NILDA HENRIQUES BAETA

7 ASSINATURA DO PORTADOR

2578601255

9	10	11	12
ACC	74		
A1	74		
B		11/04/2033	
E1		11/04/2033	
C		11/04/2033	
C1			

12 OBSERVAÇÕES

EURICO DA CUNHA NETO
DIRETOR DETRAN - MG

ASSINATURA DO EMISSOR
11564843104
MG637744241

LOCAL
CONSELHEIRO LAFAIETE, MG

MINAS GERAIS

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - COMISSÃO GERAL DE JUSTIÇA

CARTÓRIO 3º OF. CONSELHEIRO LAFAIETE MG

Autentico este documento, composto de 1 folha(s), por mim rubricada(s), numerada(s) e carimbada(s), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, dou fé.

CONSELHEIRO LAFAIETE, 18/07/2023, Ass.

Selo Consulta: GUS42877

Código Segurança: 3663.4014.7968.5817

Quantidade de Atos Praticados: 1

Ato(s) praticado(s) por: ELIAS VINICIUS DE RESENDE GURGEL - ESCRIVENTE

Emol: 7,44 TxPJ: 2,31 Valor Final: R\$ 10,10 - ISS R\$ 0,36

Consulte validade do Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>

Nº DA ETIQUETA
ACJ486200



Comissão Permanente de Pregão II

**DESPACHO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 90.033/2025**

Processo Licitatório nº: 34.876/2024

Processo Recurso nº: 17.580/2025

Referência: Pregão Eletrônico nº 90.033/2025

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO, sob demanda, de Tiras de Glicemias, Lancetas e Seringas, para atender a necessidade do Hospital Municipal Raul Sertã e Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro e Subsecretaria de Atenção Básica, pelo período de 01 (um) ano.

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa **CEPALAB LABORATÓRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.248.312/0001-44, em face da decisão da presente Comissão Permanente de Licitação.

O presente Recurso fora interposto através do Sistema Compras, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

Cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 17.580/2025.

I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recurso no dia 14/05/2025, tendo a empresa recorrente apresentado os questionamentos anexados aos autos às fls. 02 a 08.



Comissão Permanente de Pregão II

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se tempestivamente – dentro do prazo legal de 3 (três) dias úteis – e com os documentos necessários, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

Em síntese, narra a recorrente que apresentara oferta ao item 4 do Processo Licitatório no valor de R\$0,24 (vinte e quatro centavos), tendo sua documentação sido reprovada após análise de sua conformidade por parte do setor técnico demandante, o que culminara em sua desclassificação no certame.

Alega que tal desclassificação ocorrera por motivos inconsistentes, que a decisão fora arbitrária e contrária aos princípios que regem os processos licitatórios, e que a mesma desconsiderou elementos técnicos e legais relevantes.

III. DO PEDIDO

Requer a recorrente que o Recurso seja recebido com efeito suspensivo e julgado com total procedência, de forma que o parecer técnico seja revisado, a decisão de desclassificação seja reformada e a empresa recorrente seja consequentemente classificada no certame.

IV. DAS CONTRARRAZÕES

A empresa DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., devidamente convocada, apresentou contrarrazões ao recurso interposto pela empresa CEPALAB LABORATÓRIOS S.A., nos termos do §4º do art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.



Comissão Permanente de Pregão II

Em síntese, a empresa sustenta a legalidade da decisão de desclassificação, destacando que o produto ofertado pela recorrente não atende à faixa de hematócrito exigida no Termo de Referência (20% a 70%), sendo, portanto, tecnicamente incompatível com as necessidades da Administração. Argumenta, ainda, que a tentativa de relativizar tal exigência configura interpretação equivocada e afronta aos princípios da vinculação ao edital e da isonomia.

Dessa forma, requer o não provimento do recurso, com a consequente manutenção da decisão de desclassificação da proposta da recorrente.

V. DA ANÁLISE DA PREGOEIRA

Considerando se tratar de questões técnicas e a fim de subsidiar a decisão desta Pregoeira em relação à análise dos aspectos recorridos, faz-se necessário o encaminhamento do presente processo à Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do subitem 26.11 do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.033/2025, e conforme o parágrafo único do artigo 168 da Lei 14.133/2021.

Diante do exposto, com fulcro no art. 165 da Lei nº 14.133 de 2021, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pela empresa **CEPALAB LABORATÓRIOS S.A.**

Contudo, para embasamento da decisão final, submeto as razões recursais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, e aos pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

Nova Friburgo, 22 de maio de 2025.

Karla Braga Machado
Pregoeira – Comissão Permanente de Pregão II
Matricula: 990.996



SECRETARIA
DE SAÚDE

Nova Friburgo, 23 de maio de 2025.

MEMO N° 007/2025

De: Área Técnica de DANT - Doenças e Agravos Não Transmissíveis

Ricardo Claus Armond Bravo

Para: Comissão de Pregão 2 Prefeitura de Nova Friburgo

Assunto: Pregão Eletrônico n° 90.033/2025-

Prezado(s),

A empresa CEPALAB LABORATÓRIOS S.A. apresentou recurso administrativo contestando sua exclusão do Pregão Eletrônico n° 90.033/2025. Segundo a recorrente, o equipamento ofertado operaria em uma faixa de hematócrito entre 10% e 65%, o que, segundo ela, corresponderia a uma margem mais ampla do que a solicitada em edital, que exige operação entre 20% e 70%. No entanto, essa alegação não se sustenta diante de uma análise criteriosa.

A exigência contida no edital define, de maneira precisa, os parâmetros dentro dos quais o aparelho deve funcionar. Não se trata de uma margem indicativa ou de uma sugestão técnica, mas de um critério obrigatório, baseado em necessidades clínicas observadas na rede pública de saúde do município de Nova Friburgo. O objetivo não é apenas oferecer maior intervalo de medição, mas garantir que os extremos especificados — 20% no mínimo e 70% no máximo — sejam plenamente atendidos.

Essa faixa foi estabelecida com base em realidades clínicas concretas, especialmente no contexto hospitalar. O monitor de glicemia será utilizado inclusive com pacientes em condições específicas, como recém-nascidos e gestantes. Nestes casos, é comum encontrar hematócritos que alcançam até 70%, especialmente em neonatos a termo ou em situações clínicas particulares. Assim, é imprescindível que o equipamento suporte essa condição sem prejuízo de precisão.

A alegação da empresa, ao valorizar a maior amplitude de sua faixa (55 pontos percentuais), desconsidera que o essencial não é a extensão em si, mas o

atendimento aos limites estabelecidos. Um equipamento que inicia a leitura em 10%, mas não alcança os 70% necessários, não supre as exigências clínicas para as quais o edital foi desenhado, o que comprometeria a segurança do serviço público de saúde.

Além disso, o argumento de que o aparelho seria mais indicado para o uso neonatal por captar hematócritos mais baixos ignora dados consolidados da literatura médica. Os recém-nascidos a termo costumam apresentar índices hematológicos elevados, com variações frequentes entre 45% e 65%, e não raro atingem 70%. Logo, um dispositivo com limite superior fixado em 65% não seria compatível com esse perfil.

Diante disso, conclui-se que a exclusão da proposta apresentada pela CEPALAB LABORATÓRIOS S.A. está corretamente fundamentada, tanto sob o aspecto técnico quanto sob o ponto de vista normativo. A tentativa de reversão da desclassificação não apresentou justificativas suficientes para modificar a decisão tomada.

Portanto, a exclusão da empresa permanece válida, assegurando o cumprimento dos critérios estabelecidos, o respeito à legislação aplicável e a proteção do interesse público no decorrer do processo licitatório.



Ricardo Claus Armond Bravo
Coordenação DANT
Mat. 299098



Ana Clara Iorio
Farmacêutica
CRF-RJ 16451
Matrícula 063497

Ana Clara Iorio
Coordenação de Assistência Farmacêutica
Mat. 062342



Comissão Permanente de Pregão II

**DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 90.033/2025**

Processo Licitatório nº: 34.876/2024

Processo Recurso nº: 17.580/2025

Referência: Pregão Eletrônico nº 90.033/2025

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO, sob demanda, de Tiras de Glicemias, Lancetas e Seringas, para atender a necessidade do Hospital Municipal Raul Sertão e Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro e Subsecretaria de Atenção Básica, pelo período de 01 (um) ano.

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa **CEPALAB LABORATÓRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.248.312/0001-44, em face da decisão da presente Comissão Permanente de Licitação.

O presente Recurso fora interposto através do Sistema Compras, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

Cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 17.580/2025.

I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recurso no dia 14/05/2025, tendo a empresa recorrente apresentado os questionamentos anexados aos autos às fls. 02 a 08.



Comissão Permanente de Pregão II

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se tempestivamente – dentro do prazo legal de 3 (três) dias úteis – e com os documentos necessários, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

Em síntese, narra a recorrente que apresentara oferta ao item 4 do Processo Licitatório no valor de R\$0,24 (vinte e quatro centavos), tendo sua documentação sido reprovada após análise de sua conformidade por parte do setor técnico demandante, o que culminara em sua desclassificação no certame.

Alega que tal desclassificação ocorrera por motivos inconsistentes, que a decisão fora arbitrária e contrária aos princípios que regem os processos licitatórios, e que a mesma desconsiderou elementos técnicos e legais relevantes.

III. DO PEDIDO

Requer a recorrente que o Recurso seja recebido com efeito suspensivo e julgado com total procedência, de forma que o parecer técnico seja revisado, a decisão de desclassificação seja reformada e a empresa recorrente seja consequentemente classificada no certame.

IV. DAS CONTRARRAZÕES

A empresa DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., devidamente convocada, apresentou contrarrazões ao recurso interposto pela empresa CEPALAB LABORATÓRIOS S.A., nos termos do §4º do art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.



Comissão Permanente de Pregão II

Em síntese, a empresa sustenta a legalidade da decisão de desclassificação, destacando que o produto ofertado pela recorrente não atende à faixa de hematócrito exigida no Termo de Referência (20% a 70%), sendo, portanto, tecnicamente incompatível com as necessidades da Administração. Argumenta, ainda, que a tentativa de relativizar tal exigência configura interpretação equivocada e afronta aos princípios da vinculação ao edital e da isonomia.

Dessa forma, requer o não provimento do recurso, com a consequente manutenção da decisão de desclassificação da proposta da recorrente.

V. DA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO

Isto posto, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, e sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa **CEPALAB LABORATÓRIOS S.A.**, no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.033/2025, e, subsidiado pelo parecer da secretaria requisitante (fls. 38 e 39), no mérito, **NEGO PROVIMENTO**.

Segue o mesmo para ciência e de acordo da autoridade superior, antes da publicação da decisão de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, nº 90.033/2025.

Nova Friburgo, 26 de maio de 2025.

Karla Braga Machado

Pregoeira – Comissão Permanente de Pregão II

Matricula: 990.996



SECRETARIA
DE SAÚDE

Secretaria Municipal de Saúde

Proc. 17580/2025

DESPACHO

Em atenção aos termos exarados pela Ilma. Comissão de Pregão às fls. 40/42 no processo administrativo nº17580/2025, pugno pelo Indeferimento do Recurso, ora interposto pela empresa CEPALAB LABORATÓRIOS S.A, acompanhando na íntegra as razões esposadas pelo Ilmo. Pregoeiro, nos termos indicados a Manifestação supramencionada.

Nova Friburgo/RJ, 28 de maio de 2025.

Gabriel Costa Wenderroschy
Secretário Municipal de Saúde
Matrícula 063.454

